

“O SETOR PÚBLICO GANHOU COM O IMPOSTO INFLACIONÁRIO”
(Ministro Luciano Brandão, do TCU.)

Dívida: São Paulo lidera lista.

Pública

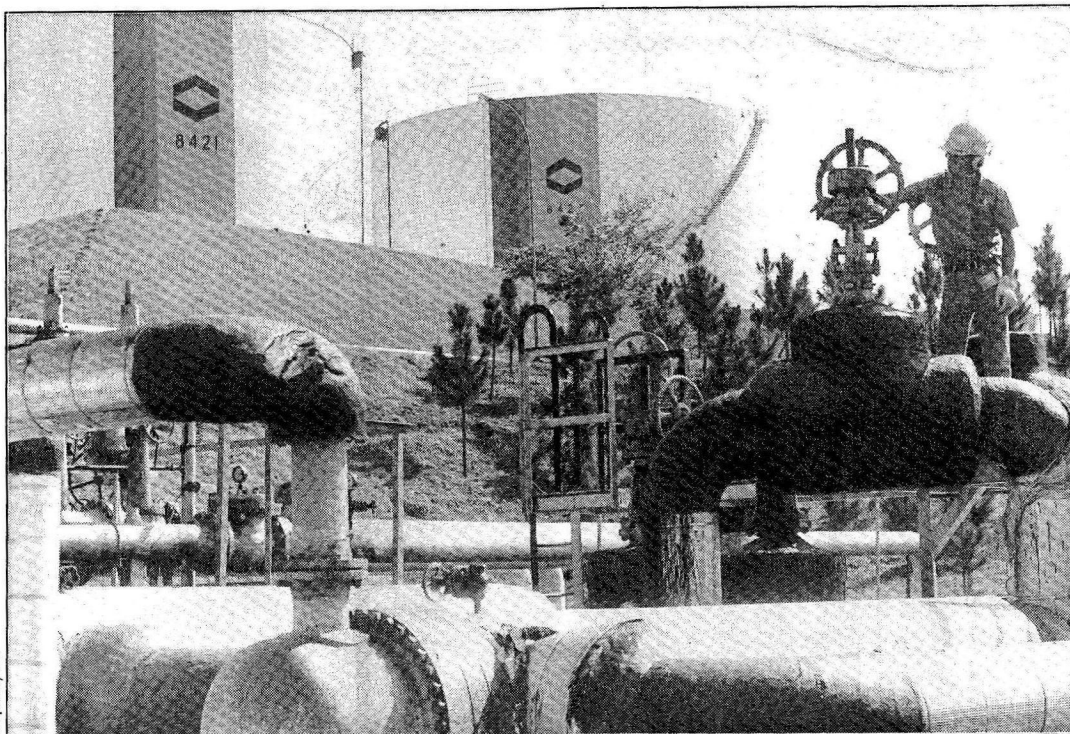
TCU MOSTRA DÍVIDAS DOS ESTADOS E APONTA AS ESTATAIS QUE ESTOURARAM AS CONTAS NO ANO PASSADO

São Paulo foi o Estado que acumulou o maior saldo negativo dos Títulos da Dívida Pública dos Estados e Municípios, cujo volume global chegou a US\$ 16,26 bilhões em dezembro. A variação nominal foi de 3.084,5% em relação a 1992. Esses dados fazem parte do relatório final das contas do governo Itamar Franco elaborado pelo Tribunal de Contas da União. A participação negativa de São Paulo foi de 43,3% (CR\$ 2,297 bilhões em dezembro).

Minas Gerais teve o segundo maior saldo negativo, participando com 18,7% (CR\$ 990 bilhões). O Rio de Janeiro alcançou o total de CR\$ 850 bilhões, ou 16% do total da dívida estadual e municipal. O Rio Grande do Sul participou com CR\$ 729 bilhões, (13,8%). O saldo desses quatro Estados corresponde a 91,7% do total.

Estatais

Petrobrás, Itaipu, Infraero, Cobra, Embraer Aviation Interna-



Petrobrás: estourando o teto estabelecido pelo Congresso.

tional, Petroquímica União e Meridional Leasing estão entre as 40 das 108 estatais integrantes do Orçamento de Investimento da União que estouraram os respectivos tetos globais estabelecidos pelo Congresso no ano passado. Das quarenta, 38 solicitaram créditos suplementares.

O TCU constatou ainda que o governo ganhou com a inflação. De acordo com o relatório final

do Tribunal, “o Banco Central calculou, pela primeira vez, o lucro de US\$ 8,9 bilhões (2% do PIB), arrecadado pelo Sistema Financeiro, proveniente do imposto inflacionário, enquanto o setor público ganhou com essa mesma fonte aproximadamente US\$ 12,8 bilhões (2,8% do PIB) em 1993”.

Segundo o ministro Luciano Brandão, “além desses dois setores a aceleração inflacionária be-

neficia também aqueles que detêm o poder de manipular a formação de preços, como oligopólios e monopólios”.

Contas inativas

O Tribunal de Contas da União constatou que mais de 8 milhões de contas inativas, cujos saldos foram solicitados durante o exercício de 1993, deixaram de ser localizadas pela Caixa Econômica Federal. Os motivos foram estes: inexistência da conta pela não inclusão nos cadastros transferidos pela rede bancária à CEF; os dados apresentados pelo trabalhador diferem dos

repassados pela rede bancária e que constam do cadastro da CEF; incorporação da conta do emprego anterior à do emprego posterior; inexistência de conta em decorrência da falta de recolhimento pelo empregador; preenchimento incorreto da solicitação de saque; muitos recolhimentos de contribuições efetuados sem a apresentação das correspondentes Relações de Empregados.